

## LIBRAS COMO CAMPO DISCIPLINAR: EFEITOS DE UMA PRODUÇÃO CULTURAL SURDA

Libras as a disciplinary field: effects of a deaf cultural production

**Pedro Henrique Witches<sup>1</sup>**  
**Eliana Firmino Burgarelli<sup>2</sup>**

### RESUMO

Este artigo discute aspectos que possibilitaram o fortalecimento e a expansão do campo disciplinar da Língua Brasileira de Sinais – Libras – no contexto acadêmico. Para tanto, sob a perspectiva de autores dos estudos disciplinares e dos estudos de línguas de sinais, desenvolve uma discussão de inspiração genealógica sobre acontecimentos e práticas que, historicamente, posicionaram as línguas de sinais como objeto de estudo. Deste modo, são identificados dez domínios que constituem esse campo disciplinar: o campo de interesses, a singularidade, a intradisciplinaridade, o

### ABSTRACT

This article discusses aspects that made it possible to strengthen and expand the disciplinary field of the Brazilian Sign Language - Libras - in the academic context. From the perspective of authors of disciplinary studies and sign language studies, it develops a genealogically inspired discussion of events and practices that have historically positioned sign languages as object of study. In this way, ten domains that constitute

<sup>1</sup> Universidade Federal do Espírito Santo – UFES –, Vitória, ES, Brasil; e-mail: pedro.witches@ufes.br.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Instituto Federal do Espírito Santo – IFES –, Vitória, ES, Brasil; e-mail: eliana.burgarelli@ifes.edu.br

padrão discursivo, as metodologias, os aportes teóricos, a interdisciplinaridade, os interditos, a rede humana e o olhar sobre si. Por fim, observa-se que a possibilidade de entender a Libras como um campo disciplinar se constitui a partir de um movimento acadêmico atento às produções culturais das comunidades surdas do Brasil e conclui-se que tal campo se configura como importante estratégia de manutenção de uma herança linguístico-cultural da humanidade.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Língua Brasileira de Sinais – Libras; Campo disciplinar; Cultura surda; Estudos de línguas de sinais; Estudos disciplinares.

this disciplinary field are identified: the field of interests, the singularity, the intradisciplinarity, the discursive pattern, the methodologies, the theoretical contributions, the interdisciplinarity, the interdicts, the human network and the look on oneself. Finally, it is observed that the possibility of understanding Libras as a disciplinary field is constituted from an academic movement attentive to the cultural productions of the Deaf communities in Brazil and it is concluded that this field is configured as an important strategy for maintaining a linguistic-cultural heritage of humanity.

#### **KEYWORDS**

Brazilian Sign Language – Libras; Disciplinary field; Deaf culture; Sign language studies; Disciplinary studies.

## **Introdução**

Ao longo da história, o saber sobre as línguas de sinais esteve restrito a poucas pessoas além dos surdos. O desconhecimento geral costuma ser tanto que estudiosos dessas línguas, quando têm oportunidade, se dedicam a desmistificar preconceitos sobre elas. Um exemplo disso é o livro *Libras? Que língua é essa?*, de Gesser (2009), comumente adotado como bibliografia básica devido à sua eficiência didática em disciplinas voltadas ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Ensino Superior. Nesse livro, a autora desconstrói crenças a respeito das línguas de sinais e até destina uma seção para explicar que elas não devem ser entendidas como um código secreto dos surdos.

Considerando o cenário de reivindicações protagonizadas por um movimento político-identitário de pessoas surdas, o início do século XXI se constituiu como um momento de expansão do saber sobre as línguas de sinais. Aumentaram as possibilidades de saber algo, ainda que minimamente, sobre

uma língua de sinais. No Brasil, por exemplo, a Libras está presente em instituições de Ensino Superior, escolas, cerimônias religiosas, propagandas eleitorais, comunicados oficiais do Governo, produções cinematográficas, programas de televisão, transmissões on-line, apresentações musicais, espetáculos teatrais, exposições artísticas, ambientes corporativos, conferências, transportes ou espaços públicos.

Apesar de sua atual popularidade, as línguas de sinais se tornaram objeto de estudo e pesquisa em meados do século XX. Mais recentemente, é possível observar a consolidação dos estudos voltados à Libras nas instituições de ensino e pesquisa. Nosso objetivo com este artigo é discutir os aspectos que possibilitaram, nas últimas décadas, o fortalecimento e a expansão do campo disciplinar da Libras no contexto acadêmico. Para tanto, empreendemos uma análise de inspiração genealógica, de modo a explicitar os acontecimentos e as práticas que, historicamente, posicionaram as línguas de sinais como objeto de estudo.

O artigo está organizado como segue: após esta breve introdução, caracterizamos a noção de campo disciplinar de modo a articulá-la no exercício genealógico da constituição da Libras como campo; em seguida, contextualizamos os primeiros empreendimentos dedicados às línguas de sinais a partir do século XX e que possibilitaram o surgimento de domínios inerentes a esse campo disciplinar; na sequência, demonstramos o processo de disciplinarização da Libras no século XXI; por fim, destacamos a importância do movimento acadêmico atento às produções culturais das comunidade surdas brasileiras na constituição desse campo disciplinar e argumentamos que ele se configura como importante estratégia de manutenção do conhecimento sobre a língua de sinais, uma herança linguístico-cultural da humanidade.

## **1. A constituição de um campo disciplinar**

Antes de desenvolvermos a caracterização da constituição de um campo disciplinar, torna-se necessário situar o nosso entendimento sobre a noção de disciplina. No caso deste artigo, a palavra disciplina e suas derivações são utilizadas com base na definição de Veiga-Neto (2010, p. 3) para se referir a “determinadas áreas ou porções de conhecimentos, ou seja, frações em que os conhecimentos foram divididos, ordenados, agrupados e hierarquizados ao longo dos últimos quatro ou cinco séculos”. Apesar de, etimologicamente, a forma latina *disciplina* manter os dois sentidos conservados no português — aquele que

diz respeito ao corpo, ao comportamento; e aquele que se refere a uma matéria ou área objeto de estudo (CASTELLO; MÁRSICO, 2007) —, aqui vamos nos concentrar no eixo da disciplina-conhecimento ainda que esses dois campos semânticos não sejam independentes um do outro e, especialmente, se articulam no âmbito das práticas pedagógicas modernas (VEIGA-NETO, 2010).

Dito isso, vale explicitar que a pergunta pela constituição de um campo disciplinar, segundo Barros (2010), tem sido feita tanto em relação a um saber que ocupa assento universitário, quanto em relação àquele que ainda não se encontra no espaço acadêmico, mas apresenta uma identidade suficientemente fortalecida. O autor estabelece que a compreensão de uma disciplina abarca dez dimensões importantes que podem ser caracterizadas da seguinte forma: um campo de interesses; sua singularidade; seus campos intradisciplinares; seu padrão discursivo; suas metodologias; seus aportes teóricos; suas interdisciplinaridades; seus interditos; uma rede humana; um olhar sobre si (BARROS, 2010). Na esteira desse entendimento, é interessante observar que, muito antes de ser decretada a obrigatoriedade do ensino de Libras em cursos superiores de formação de professores, os estudos sobre essa língua já vinham acontecendo no decorrer do século XX. O interesse intelectual pelas línguas de sinais, entretanto, remete ao século XVI e se confunde com o fascínio de estudiosos sobre a surdez.

No início da Modernidade, de acordo com Davis (1995), há mais documentação sobre a surdez do que sobre qualquer outra deficiência. Naquele momento, vê-se uma proliferação de textos sobre os surdos ou sobre os *sinais manuais* — que, devido às condições epistemológicas da época, quase não eram compreendidos ou denominados como uma língua<sup>3</sup>. Dentre os títulos listados pelo autor, destaco: *L'arte de' cenni*, do jurista italiano Giovanni Bonifacio de 1616; *Reducción de las letras y arte de enseñar a hablar a los mudos*, do padre espanhol Juan Pablo Bonet de 1620; *Chirologia: Or the Natural Language of the Hand*, do médico britânico John Bulwer de 1644; *The Deaf and Dumb Man's Tutor*, do linguista inglês George Dalgarno de 1680; *Institution des sourds-muets par la voie des signes méthodiques*, do abade e educador francês Charles-Michel de l'Épée de 1776; e *Théorie des signes*, do também abade e educador francês Roch-Ambroise Sicard em 1782 (DAVIS, 1995).

<sup>3</sup> Sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas, é possível considerar, portanto, que as discussões em torno das línguas de sinais possuem uma história anterior ao fortalecimento da Linguística Moderna no século XX.

Como “toda disciplina é constituída, antes de tudo, por certo ‘campo de interesses’” (BARROS, 2010, p. 205), é importante mencionar que o foco nos surdos, conseqüentemente em seus sinais manuais, ocupava lugar em discussões sobre a existência e função da linguagem. Ainda assim, outro nível de interesse estava em jogo naquele momento em que começam a se ocupar com pessoas surdas e sua forma de linguagem: a necessidade de desenvolver, nesses sujeitos, habilidades para a vida em uma sociedade que se propunha moderna e, portanto, humanista. A partir dessa necessidade, o aparecimento dos primeiros empreendimentos de escolarização voltados aos surdos no século XVIII oportunizou o desbloqueio institucional das línguas de sinais. Nessas condições, os sinais foram concebidos como ferramentas pedagógicas para o trabalho de alfabetização — ainda que, a partir desse momento, o debate sobre os métodos para o ensino da língua falada e escrita se tornaria uma regularidade da educação de surdos.

Nesse mesmo período histórico, conforme Weedwood (2002), observa-se um progressivo interesse despertado pela investigação do que havia de individual e particular na linguagem. Assim, o corpo do *surdo-mudo*<sup>4</sup>, o corpo desse indivíduo sinalizante, serviu de superfície para a observação das particularidades de uma forma de linguagem muito singular. Apesar de, naquele momento, essa singularidade se restringir à manifestação corporal da língua de sinais, é com o amadurecimento da Linguística moderna, no século XX, que vamos perceber a emergência dos contornos de um território de investigação específico, conforme demonstramos na seção a seguir.

## 2. Os estudos de línguas de sinais no século XX

O crescente abandono do naturalismo comum nas práticas de comparação linguística do século XIX e a emergência do estruturalismo saussuriano possibilitam um novo paradigma para a Linguística que, de acordo Cyranka (2014), passa a oferecer um novo modelo de análise a ser perseguido por outras áreas como a Antropologia, a Sociologia, a Biologia, a Teoria Literária e a Estética. É nesse contexto que, da área, surgem as primeiras investigações descritivas sobre as línguas de sinais, sendo pioneira a análise apresentada por Stokoe

---

<sup>4</sup> O termo *surdo-mudo*, comum à época e que foi empregado para designar pessoas surdas que não falavam uma língua oral, pode ser associado à ilegitimidade social e linguística das línguas de sinais naquele momento histórico. Campello (2020) problematiza o processo de interdição desse termo na atualidade.

(1960). Tendo como base a língua de sinais americana, o linguista descreveu três unidades mínimas constituintes da produção de um sinal: a configuração de mão, o local de articulação e o movimento.

Tal análise inaugurou formalmente os estudos de línguas de sinais e é seguida, nas décadas seguintes, por uma sequência de trabalhos que ampliaram a descrição linguística sobre as línguas de sinais com foco em aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos. Nesse período, os estudos se movimentavam na direção de identificar elementos linguísticos das línguas de sinais comuns às línguas orais. Trata-se de um movimento epistemológico importante para a legitimação do estatuto linguístico das línguas de sinais que permanece em constante e necessária reafirmação até hoje. A respeito desse movimento, no contexto brasileiro, em específico, é preciso destacar a importância do Grupo de Trabalho (GT) – Linguagem e Surdez, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll).

Criado em 1988, segundo Brito e Câmara (2019), o GT – Linguagem e Surdez teve o seu nome alterado em 2014, passando a se chamar GT – Língua Brasileira de Sinais – Libras. A aprovação da proposta de criação do GT aconteceu mediante o pedido da linguista Lucinda Ferreira — que assinava como Lucinda Ferreira Brito na época. Esse movimento de formalização das pesquisas acerca da língua de sinais frente a uma associação científica demarca um ato político. Em entrevista aos autores sobre essa questão, a pesquisadora Regina Maria de Souza aponta que

[...] ‘nessa época, grande parte dos linguistas defendia a convicção/a fé de que a Libras não era língua, mas um sistema semiótico de grande e produtiva complexidade’. Por isso mesmo, em sua entrevista, Souza faz questão de enaltecer a iniciativa de Ferreira Brito: ‘ao inscrever o GT Linguagem e Surdez na Anpoll [ela] criou um fato e o plantou no campo em que havia maior oposição no momento: na própria linguística’. (BRITO; CÂMARA, 2019, p. 44)

A história desse GT guarda uma estreita relação com o pioneiro Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez (Geles), fundado em 1980, conforme Felipe (2019), a partir da consolidação dos trabalhos desenvolvidos por professores e profissionais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Centro de Reabilitação Prof. Dr. Gabriel da Silva Porto (atualmente Cepre). Na ocasião, Ferreira Brito, que era uma das fundadoras do Geles, estava

como professora visitante na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o que contribuiu para a inserção de pesquisadores dessa instituição no Grupo. Além desse movimento do Geles, Felipe (2019) destaca duas dissertações de mestrado sobre a língua de sinais dos centros urbanos brasileiros (LSCB) — como a Libras costumava ser denominada em trabalhos acadêmicos naquele momento<sup>5</sup> — defendidas sob a orientação de Ferreira Brito na Universidade de Mogi das Cruzes em 1982: *A estruturação temporal na língua de sinais*, de Clarice de Andrade Silva e Castro; e *A ordem sintática e a repetição na língua de sinais*, de Maria Inês Cossermelli Namura.

Apesar de alguns poucos trabalhos acadêmicos e tentativas de dicionarização que datam do final da década de 1960, a consolidação do Geles e a fundação do GT – Linguagem e Surdez na Anpoll materializaram “mais um passo em direção à constituição de um campo de pesquisa das línguas de sinais do e no Brasil” (BRITO; CÂMARA, 2019, p. 40). A partir da década de 1990, segundo Quadros (2006, p. 169), “iniciaram-se investigações com o intuito de identificar não apenas o que era ‘igual’, mas também o que era ‘diferente’ com o objetivo de enriquecer as teorias linguísticas atuais”. De acordo com a autora, essa singularidade das línguas de sinais foi alvo de pesquisas focadas nos efeitos da modalidade gestual-visual. Reforça-se, neste quesito, o domínio da singularidade do campo disciplinar, que oferece contribuições e inovações para a área da Linguística.

Paralelamente ao que ocorria na Linguística, o campo da Educação Especial também se configurou como um terreno fecundo para investigações sobre a surdez relacionadas com questões da linguagem. Com a criação do GT – Educação Especial na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) em 1991, de acordo com Barberena (2013), discretamente emergiram discussões que tematizavam os atravessamentos de alunos surdos e o seu desenvolvimento linguístico durante a escolarização. Conforme a autora, os trabalhos apresentados no GT sobre o desenvolvimento da linguagem de surdos, na década de 1990,

---

<sup>5</sup> Campello (2019) descreve o processo que levou à criação do siglema Libras para se referir à Língua Brasileira de Sinais e explica como um movimento de resistência da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) foi fundamental para a consolidação da atual denominação dessa língua em contraponto à denominação LSCB que vinha sendo utilizada em produções acadêmicas.

[...] transcorreram com diferentes ênfases, abordando o ensino de leitura e escrita, o entendimento oralista no processo educacional com alunos surdos, a aproximação da comunicação total e o bilinguismo na educação de surdos e a Libras como artefato constituidor não só de uma linguagem, mas de um grupo cultural. (BARBERENA, 2013, p. 75).

Essa abertura da Educação Especial para pesquisas que focalizaram a Libras permite identificar a natureza interdisciplinar do campo, reforçada na medida em que as discussões sobre a educação bilíngue crescem no século seguinte. Essa interdisciplinaridade já era visível na própria composição do Gelles “por linguistas, psicólogas, pedagogas, fonoaudiólogas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, professores de Libras e informantes surdos, alunas da pós-graduação da Unicamp e UFPE” (FELIPE, 2019, p. 69). A respeito disso, Barros (2010, p. 210) reitera que, “ao se colocarem em contato interdisciplinar ou transdisciplinar, dois campos disciplinares podem enriquecer sensivelmente um ao outro nos seus próprios modos de ver as coisas e a si”. Ainda assim, é válido reforçar que os estudos de línguas de sinais, segundo Baalbaki, Caldas e Nogueira (2020), iniciaram pela via da comparação sistemática de fundamentos linguísticos sobre as línguas orais. Na esteira dessa dinâmica de trabalho, em 1995, foi publicado o livro *Por uma gramática de línguas de sinais*, de Ferreira Brito. Além de se constituir como um trabalho pioneiro na difusão de fundamentos da linguística teórica para as línguas de sinais no país, a elaboração de uma gramática da língua de sinais

[...] é também fruto dessa aposta acadêmica no seu reconhecimento como língua o que, em parte, consubstanciou, após algumas décadas, o ensino da língua de sinais tornar-se uma disciplina obrigatória em âmbito da educação superior, principalmente, nos cursos de licenciatura. (BAALBAKI; CALDAS; NOGUEIRA, 2020, p. 30).

Antes de adentrarmos na discussão sobre a constituição da disciplina de Libras no Ensino Superior, destacamos também as descrições fonológica, morfológica e sintática dessa língua apresentadas por Quadros e Karnopp (2004). Os trabalhos desenvolvidos por essas duas pesquisadoras na década de 1990 também se tornaram pioneiros e constituem importantes contribuições teóricas para o campo. Esses e outros empreendimentos acadêmicos que tomaram a Libras como objeto de estudo, naquela década, possibilitaram a formação de uma base



comum para o desenvolvimento de três aspectos fundamentais à constituição de um campo disciplinar: o padrão discursivo, as metodologias e os aportes teóricos — mesmo que adote “conceitos e aportes teóricos originários de outros campos de saber, que incorpore métodos e práticas já desenvolvidas por outras disciplinas, ou que se utilize de vocabulário já existente para dar forma ao seu discurso” (BARROS, 2010, p. 209-210).

Até aqui, foi possível identificar elementos importantes na constituição do campo disciplinar da Libras. A surdez e a linguagem como dois aspectos do campo de interesses, comum às Humanidades; a singularidade formada pelas características da modalidade gestual-visual de uma língua; a interdisciplinaridade sustentada pela articulação entre as perspectivas linguísticas, educacionais e psicológicas; o padrão discursivo, as metodologias e o aporte teórico produzidos a partir das pesquisas realizadas nas últimas décadas do século XX. Na sequência, discutiremos o processo de disciplinarização da Libras no século XXI, a partir do qual podemos colocar em evidência outros aspectos que a constituem como um campo disciplinar.

### **3. A disciplinarização da Libras no século XXI**

Como mencionado anteriormente, no século XXI, a Libras se tornou uma disciplina ofertada em cursos de Ensino Superior, em especial, sua oferta se tornou obrigatória em cursos de formação de professores. Isso não significa que essa língua não vinha sendo formalmente ensinada, no século anterior, em associações e escolas de surdos, bem como em instituições religiosas e, na forma de projetos de extensão, em instituições de Ensino Superior. Assim, as metodologias de ensino logo se tornaram uma preocupação no campo. Nesses cursos de Libras, a língua vinha sendo ensinada, segundo Felipe (2019, p. 77), “por meio de sinais descontextualizados, agrupando os sinais por grupos semânticos que os alunos apenas repetiam”. De acordo com a autora, “era necessário discutir uma proposta para ensino de Libras, como Segunda Língua – L2, já que não se tratava de uma Língua Estrangeira, com metodologia de ensino [...] para ouvintes que queriam aprender essa língua” (FELIPE, 2019, p. 78).

Paralelamente a essa preocupação metodológica que acontecia ainda no final do século XX, crescia, no Brasil, um movimento político-identitário protagonizado por surdos que, apoiados por pesquisadores e professores da

educação de surdos e da língua de sinais, reivindicavam o reconhecimento e a valorização de sua língua e cultura. Tal movimento culminou na promulgação da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), que reconhece a Libras como um *meio legal de comunicação e expressão* — estatuto que, segundo Abreu (2018), inaugura uma nova forma de classificar uma língua no ordenamento jurídico brasileiro. Conforme o autor, caso o Congresso Nacional tenha optado por tal classificação por receio de a Libras “ser equivocadamente confundida, ao lado da língua portuguesa, como uma língua oficial do Brasil, parece-nos que a estratégia não funcionou conforme o esperado” (ABREU, 2018, p. 66), já que reportagens regularmente divulgam a Libras como a segunda língua oficial do país.

Poucos anos depois, o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), estabelece as condições para a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e nos cursos de Fonoaudiologia. Além disso, é decretada a promoção de programas para a criação de cursos de graduação: i) para a formação de professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental que viabilizem a educação bilíngue em Libras e Português como segunda língua; ii) para a formação de professores de Libras e de Português como segunda língua; e iii) para a formação de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa.

Esse instrumento legal foi fundamental para a instauração do campo disciplinar da Libras, uma vez que as instituições de Ensino Superior passaram a reorganizar o currículo de suas licenciaturas a fim de inserir uma disciplina para o ensino da língua de sinais. Ao analisarem os efeitos discursivos da inserção dessa disciplina em cursos de licenciatura de diferentes regiões brasileiras, Santos e Klein (2016) observam que ela é lecionada por docentes lotados nas faculdades ou institutos de Educação, nas faculdades e cursos de Letras ou nos cursos de Letras-Libras. Isso possibilita compreender que a Educação e a Letras constituem “os lugares de onde se pode falar nas disciplinas de Libras” (SANTOS; KLEIN, 2016, p. 161).

É desses lugares, em específico, que surgem os primeiros interditos do campo disciplinar da Libras, isto é, “aquilo que se coloca como proibido aos seus praticantes” (BARROS, 2010, p. 210). De acordo com Barros (2010), alguns sentidos podem sofrer transformações e, devido ao seu caráter histórico, tanto

podem ter sido processualmente deslocados para fora de um campo disciplinar, como também podem vir a ser incorporados a ele através de um processo de legitimação. Assim, vemos o entendimento da Libras como linguagem ser considerado uma ameaça à concepção de língua que foi adquirida no século anterior, mesmo que, em determinada perspectiva linguística, seja possível compreender que as línguas constituem um tipo de linguagem. Outro interdito interessante a ser destacado é a expressão *surdo-mudo* para designar pessoas surdas que não oralizam — um elemento comumente abordado aos iniciantes, neste campo disciplinar, cuja interdição tem sido problematizada por Campello (2020).

A partir de 2006, o primeiro curso de graduação em Libras, a Licenciatura em Letras-Libras, foi oferecido, na modalidade a distância, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De acordo com Quadros e Stumpf (2014), o projeto de criação do curso tramitou, institucionalmente, pelas áreas de Educação e Letras da UFSC em 2004, sendo aprovado em 2005. Segundo as autoras, a partir da reivindicação de candidatos ouvintes pela formação de intérpretes e tradutores, a instituição criou o Bacharelado em Letras-Libras, que passou a ser oferecido no ano de 2008. Devido ao seu pioneirismo, a UFSC passou a ser considerada

[...] um centro de referência na área de Libras [...] e tem formado pesquisadores nas áreas da Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, dos Estudos da Tradução pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução e em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, com pesquisas específicas envolvendo a Libras e a educação de surdos. (QUADROS; STUMPF, 2014, p. 11)

Observa-se, aí, o movimento de formação de uma rede humana que sustenta o campo disciplinar. Essa rede é “constituída por todos aqueles que já praticaram ou praticam a disciplina considerada e pelas realizações — obras, vivências, práticas realizadas” (BARROS, 2010, p. 211). Ou seja, a formação de professores, tradutores e intérpretes, bem como de pesquisadores que se relacionam diretamente com o campo ainda que desenvolvam suas investigações em interface com outras áreas. A partir de 2011, com a instituição do *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite*, o Governo Federal oportunizou as condições de financiamento para a criação de novos cursos de licenciatura e bacharelado voltados à formação de professores, tradutores e intérpretes de Libras, assim como também de cursos de licenciatura em Pedagogia

Bílingue – Libras e Língua Portuguesa. Fortalecem-se, assim, as condições para a consolidação de departamentos de Libras ou da área de Libras em departamentos e centros de ensino de universidades de diferentes regiões do Brasil.

Na medida em que essa rede é formada, ficam mais evidentes as subdisciplinas que constituem esse campo disciplinar, uma vez que seus praticantes desenvolvem atividades e estudos especializados que constituem a intradisciplinaridade da Libras. A partir do quadro de disciplinas dos cursos de licenciatura e bacharelado em Letras-Libras EaD da UFSC, apresentado por Rodrigues (2018), é possível vislumbrar um esboço da intradisciplinarização do campo. Com base nesse quadro, observamos que as subdisciplinas da Libras se distribuem a partir de cinco ramos maiores, a saber: i) os Estudos Linguísticos de Línguas de Sinais; ii) a Educação em Línguas de Sinais; iii) os Estudos Surdos; iv) os Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais; e v) os Estudos Literários de Línguas de Sinais. O conjunto de temas, tópicos, perspectivas, conceitos e práticas desenvolvidos nesses cinco grandes ramos abastecem o campo disciplinar da Libras e possibilitam a formação de seus saberes especializados.

É difícil estabelecer uma cronologia da influência desses ramos no campo, pois as atividades, no âmbito de alguns, emergiram simultaneamente. Como foi possível observar, nesta discussão, entendemos que os Estudos Linguísticos de Línguas de Sinais, desde a década de 1960, constituíram as condições de possibilidade para a emergência do campo disciplinar da Libras. As investigações pioneiras sobre os aspectos fonéticos, fonológicos, morfológicos e sintáticos das línguas de sinais forneceram uma primeira organização intradisciplinar ao campo a partir das subdisciplinas da Linguística. Mais recentemente, observamos movimentos investigativos que oferecem abertura para a compreensão de outras línguas de sinais emergentes em território nacional, línguas de sinais indígenas, de comunidades isoladas, de fronteira. Esses movimentos podem sinalizar para uma reconfiguração do campo disciplinar que, até então, centraliza a Libras.

Em relação ao ramo que denominamos de Educação em Línguas de Sinais — embora seja possível identificar práticas educacionais em língua de sinais desde o século XVIII —, é a partir da década de 1980 que veremos movimentações, na educação de surdos, aliadas aos estudos linguísticos, para pensar o processo de aquisição e para a concepção de uma abordagem educacional bilíngue em que as línguas de sinais não apenas funcionem como língua de

instrução, mas também ocupem a posição de primeira língua. Nesse contexto, também observamos a emergência das preocupações metodológicas para que a língua de sinais fosse ensinada como segunda língua.

Os Estudos Surdos se destacam no Brasil durante a década de 1990. Esse campo teórico interdisciplinar, segundo Bauman e Murray (2016), é constituído por discussões linguísticas, educacionais, culturais e identitárias relacionadas aos surdos desde o final da década de 1970. No contexto brasileiro, os Estudos Surdos fundamentam o campo disciplinar da Libras na produção de conceitos, perspectivas e epistemologias sobre os modos de ser surdo a partir da experiência visual. É desse território que se proliferam as discussões sobre as identidades e culturas surdas, bem como suas implicações no mundo contemporâneo.

Os Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais adquirem destaque principalmente a partir da criação do Bacharelado em Letras-Libras. Antes desse acontecimento, contudo, é possível identificar pesquisas focadas nas questões sobre o intérprete de Libras e Língua Portuguesa e até um eixo temático dedicado à formação desse profissional no II Congresso Latino-Americano de Bilinguismo para Surdos, ocorrido no Rio de Janeiro em 1993 (FELIPE, 2019). A respeito da emergência desse campo, Rodrigues e Beer (2015) argumentam que, apesar da singularidade de seu objeto, os Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais mantêm um vínculo necessário com outros dois campos disciplinares que lhe possibilitam origem, os Estudos da Tradução e os Estudos da Interpretação.

Por fim, mas não menos importante, os Estudos Literários de Línguas de Sinais emergem na medida em que determinadas produções culturais oriundas das comunidades surdas começam a ser identificadas como literatura surda ou literatura de língua de sinais. Algumas dessas produções, conforme explica Karnopp (2010), compreendem traduções para a Libras de clássicos da literatura universal ou brasileira. A autora também destaca, nesse escopo, os livros cujas temáticas centralizam a surdez, os surdos ou a língua de sinais (KARNOPP, 2010). Poemas, narrativas, piadas e outras formas de expressão artística em língua de sinais também são alvo dos Estudos Literários de Línguas de Sinais. O ensino de literatura de língua de sinais tem acontecido, segundo Sutton-Spence (2020), a nível dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como em projetos de extensão, através de cursos e eventos. Para a autora, a importância desse ensino

está associada a dois fatores fundamentais: “acesso ao conhecimento explícito da estrutura e da função da literatura de língua de sinais, bem como [a]o conhecimento do cânone existente em sua língua para passá-lo às próximas gerações” (SUTTON-SPENCE, 2020, p. 9).

Até aqui, identificamos algumas práticas e acontecimentos que possibilitaram a constituição do campo disciplinar da Libras a partir de mais três elementos: os interditos no campo, isto é, aquelas concepções consideradas ilegítimas; a rede humana constituída principalmente a partir da formação de profissionais e pesquisadores que lidam com a Libras; e a sua intradisciplinaridade, composta pela subdivisão de saberes especializados que se articulam e abastecem a composição do campo. Na sequência, apresentamos nossas considerações sobre a discussão aqui realizada a partir dos comentários acerca do décimo elemento que, segundo Barros (2010), compõe a formação de um campo disciplinar: o olhar sobre si.

### **Considerações finais**

Neste artigo, intencionamos discutir aspectos que possibilitaram o fortalecimento e a expansão do campo disciplinar da Libras no contexto acadêmico a partir de um movimento de inspiração genealógica acerca de acontecimentos e práticas que, ao longo do tempo, posicionaram as línguas de sinais como objeto de estudo. Assim, explicitamos nove dos elementos que substanciam a formação de um campo disciplinar: um campo de interesses em comum; sua singularidade; sua interdisciplinaridade; seu padrão discursivo; suas metodologias; seu aporte teórico; seus interditos; uma rede humana; e suas subdivisões intradisciplinares

De acordo com o autor, o décimo elemento da composição de um campo disciplinar se forma quando começam “a surgir, elaboradas pelos próprios praticantes da disciplina, as ‘histórias do campo’, aqui entendidas no sentido de narrativas e análises [...] acerca da própria rede de homens e saberes em que estão inseridos” (BARROS, 2010, p. 212-213). Este artigo, portanto, constitui um gesto na direção de olhar para o próprio campo em que estamos inseridos. A realização desse gesto é possível porque, há algum tempo, temos observado movimentos semelhantes desenvolvidos por pesquisadores que entendemos compor a rede humana deste campo. Ainda que a Libras possa não ser entendida,

por esses outros autores, como um campo disciplinar, seus empreendimentos possibilitaram conceber a trajetória do conjunto de pesquisas que alimentam os estudos e as atividades relacionados com a língua brasileira de sinais.

Assumimos, portanto, que a possibilidade de entender a Libras como um campo disciplinar acontece devido a um conjunto de atividades acadêmicas atentas às produções culturais das comunidades surdas no Brasil. A consolidação desse campo no âmbito científico, na formação profissional de nível superior para o trabalho com essa língua, bem como na difusão do seu uso e do seu ensino, se configura como uma importante estratégia que mantém viva e em plena produtividade, uma herança linguístico-cultural da humanidade.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, R. N. Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil: considerações à luz de uma emergente teoria dos direitos linguísticos. *Revista da ABRALIN*, v. 17, n. 2, p. 46-76, 2018. Disponível em: [<https://doi.org/10.25189/rabralin.v17i2.1324>]. Acesso em: 29 mar. 2021.
- BAALBAKI, A. C. F.; CALDAS, B. F.; NOGUEIRA, T. T. Ainda se busca “Por uma gramática de línguas de sinais”? A figura de uma precursora. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 29-59, set./dez. 2020. Disponível em: [<https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/36046>]. Acesso em: 8 mar. 2021.
- BARBERENA, C. F. R. *Educação e constituição do sujeito surdo: discursos que circulam na ANPEd no período de 1990 a 2010*. 2013. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: [<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4557>]. Acesso em: 28 mar. 2021.
- BARROS, J. D. Contribuição para o estudo dos “campos disciplinares”. *Revista ALPHA*, Patos de Minas, n. 11, p. 205-216, 2010. Disponível em: [<https://revistas.unipam.edu.br/index.php/revistaalpha/issue/view/122>]. Acesso em: 8 mar. 2021.
- BAUMAN, H.-D. L.; MURRAY, J. J. Deaf Studies. In: GERTZ, G.; BOULDREAUT, P. (Eds.). *The SAGE Deaf Studies Encyclopedia*. v. I. California: SAGE, 2016. p. 272-279.
- BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, [2005].
- BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, [2002].

BRITO, F. B.; CÂMARA, L. C. Do GT Linguagem e Surdez ao GT Libras na Anpoll: retrospectiva histórica e balanço de contribuições. In: SOUZA, R. M. (Org.). *História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil*: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da Anpoll. Curitiba: CRV, 2019. p. 37-62.

CASTELLO, L. A.; MÁRSICO, C. T. *Oculto nas palavras*: dicionário etimológico para ensinar e aprender. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CAMPELLO, A. R. S. A resistência da Feneis da denominação da Libras sobre LSCB. In: SOUZA, R. M. (Org.). *História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil*: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da Anpoll. Curitiba: CRV, 2019. p. 87-103.

CAMPELLO, A. R. S. A volta do termo surdos-mudos: sob uma perspectiva cultural e de identidade. *Fragmentum*, Santa Maria, v. 55, p. 69-277, 2020. Disponível em: [<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/42434>]. Acesso em: 29 mar. 2021.

CYRANKA, L. F. M. Evolução dos estudos linguísticos. *Revista Práticas de Linguagem*, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 160-198, 2014. Disponível em: [<https://www.ufjf.br/praticasdelinguagem/files/2014/09/160-198-Evolu%3%a7%c3%a3o-dos-estudos-lingu%3%adsticos.pdf>]. Acesso em: 13 mar. 2021.

DAVIS, L. J. *Enforcing Normalcy*: Disability, Deafness, and the Body. London; New York: Verso, 1995.

FELIPE, T. A. Trinta anos na Anpoll: do Geles, GT Linguagem e Surdez ao GT Libras - trajetórias e conquistas. In: SOUZA, R. M. (Org.). *História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil*: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da Anpoll. Curitiba: CRV, 2019. p. 63-86.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

KARNOPP, L. B. Produções culturais de surdos: análise da literatura surda. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 36, p. 155-174, 2010. Disponível em: [<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1605>]. Acesso em: 30 mar. 2021.

QUADROS, R. M. Efeitos de modalidade de língua: as línguas de sinais. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 168-178, 2006. Disponível em: [<https://doi.org/10.20396/etd.v7i2.801>]. Acesso em: 13 mar. 2021.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira*: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. Letras Libras EaD. In: QUADROS, R. M. (Org.). *Letras Libras*: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 9-35.

RODRIGUES, C. H. Formação de intérpretes e tradutores de língua de sinais nas universidades federais brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. *Translatio*, Porto Alegre, n. 15, p. 197-222, 2018. Disponível em: [<https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/79144>]. Acesso em: 30 mar. 2021.



RODRIGUES, C. H.; BEER, H. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 17-45, 2015. Disponível em: [<https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p17>]. Acesso em: 30 mar. 2021.

SANTOS, A. N.; KLEIN, M. Inserção da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura: discursos que produzem efeitos. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, v. 45, p. 151-170, 2016. Disponível em: [<https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/315>]. Acesso em: 14 mar. 2021.

STOKOE, W. Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf. *Studies in Linguistics: Occasional papers*, Buffalo, n. 8, 1960.

SUTTON-SPENCE, R. Literatura de língua de sinais, educação surda e suas interfaces com as políticas linguísticas. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 24, 2020. Disponível em: [<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.29>]. Acesso em: 30 mar. 2021.

VEIGA-NETO, A. Tensões disciplinares e ensino médio. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 1, 2010, Belo Horizonte. *Anais...* MEC: Brasília, 2010. Disponível em: [<http://portal.mec.gov.br/pec-g/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16110-i-seminario-nacional-do-curriculo-em-movimento>]. Acesso em: 8 mar. 2021.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.